



**Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional,
Empresas Públicas, Concessionárias e Afins**



www.stal.pt

Rua D. Luís I, 20F 1249-126 Lisboa . Telef: 210958400 - Fax: 210958469 - Email: stal.nacional@stal.pt

Ex.mo Senhor
Presidente da
Comissão de Orçamento, Finanças e
Administração Pública

Assunto: - Proposta de lei 254/XII – Orçamento de Estado para 2015

Ex.mo Senhor Presidente

STAL, Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local e Regional, Empresas Públicas, Concessionárias e Afins, vem pronunciar-se sobre a Proposta de Lei referenciada nos seguintes termos:

A Proposta de Lei em apreço é mais um instrumento jurídico que, embora elaborado numa época considerada “pós troika”, enferma de medidas idênticas às impostas por anteriores Orçamentos de Estado e que tão acentuadamente têm contribuído para um insuportável agravamento das condições de vida dos trabalhadores e empobrecimento do Povo Português.

No que respeita aos trabalhadores do Sector Público, onde se incluem os da Administração directa e indirecta do Estado e da A. Local, mas também os que laboram nas empresas integradas neste sector, as medidas previstas continuam a ser especialmente persecutórias dos seus direitos, deles fazendo as vítimas privilegiadas de uma vergonhosa política, virada, essencialmente, para a protecção do sistema financeiro e dos abutres arregimentados pelos grandes grupos económicos que se banqueteam à custa da miséria que espalham e que grassa com inusitada violência, atingindo a generalidade dos cidadãos deste País.

É assim que, especificamente quanto aos trabalhadores do sector público, continua a perfilhar medidas insanas e de uma violência inaudita, como decorre especialmente de algumas que seguidamente enunciamos.

Neste contexto, não podemos deixar de trazer à colação o facto de os vencimentos nominais dos trabalhadores da A. Pública permanecerem imutáveis desde 2009, por força da chamada “Tabela Remuneratória Única”, vigente desde esse ano, que não só deixou de ser objecto de actualização anual como, pelo contrário, tem sido cada vez mais pervertida, mediante os cortes remuneratórios impostos pela política do governo, mancomunado com a troika.

A este propósito, salienta-se que a presente Proposta de Lei se eximiu de revelar esses cortes, expressamente, mas apenas porque passaram a constar da Lei 75/2014, de 12/9, surgida como recauchutagem das medidas constantes do Orçamento de Estado do

corrente ano, aliviando, por imposição do Tribunal Constitucional, a rapinagem retributiva que o governo quis impor.

Portanto, continuam os trabalhadores do sector público sujeitos aos cortes que vigoraram até final do ano transacto, como continuam sujeitos a outras medidas semelhantes e espúrias que cada vez mais agravam as suas condições de vida e dos seus agregados familiares.

De facto, a esses cortes remuneratórios junta-se a continuação de medidas que têm pervertido o estatuto profissional dos trabalhadores, como as que se reportam à brutal proibição de valorizações remuneratórias e à redução dos valores de diversas prestações retributivas, entre as quais as inerentes ao pagamento do trabalho extraordinário, cujos acréscimos correspondem apenas a metade dos fixados na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas e no Código do Trabalho!

Quanto à manutenção da proibição de valorizações remuneratórias, incluindo, entre outras, as progressões e promoções, trata-se de uma medida que tem conduzido à cristalização profissional de milhares de trabalhadores, espoliados de direitos e impedidos de qualquer tipo de reconhecimento dos seus desempenhos, quando tanto se apregoa a política da meritocracia! E é assim que, perante tão despujado congelamento, detectamos situações conflagrantes de trabalhadores que permanecem na mesma posição remuneratória desde 2002!

Em matéria retributiva, não podemos também deixar de mencionar a manutenção do processo de pagamento do subsídio de Natal, aos trabalhadores do sector público e aos pensionistas, porquanto se continua a prever a sua diluição em duodécimos, quando deveria ser pago integralmente na época natalícia, como é de longa tradição, temendo-se, por outro lado, que esta seja mais uma tentativa de, gradualmente, se abolir o pagamento desta prestação retributiva.

Referindo-nos, atrás, a algumas matérias que tão grosseiramente continuam a perverter as condições de vida dos trabalhadores, as medidas que a proposta de lei contém, no que concerne à gestão dos recursos humanos nas entidades autárquicas, assumem uma enorme gravidade, porquanto, a serem concretizadas, conduzirão ao despedimento de milhares de trabalhadores, ainda que esse despedimento seja disfarçado sob eufemismos, como “caducidade”, “requalificação”, ou “cessação do contrato por mútuo acordo”.

O conjunto de medidas, previstas nesta matéria, constituem, na realidade, uma inqualificável ingerência na gestão das autarquias, nomeadamente através da proibição de recrutamento de pessoal, salvo em condições absolutamente excepcionais, o mesmo sucedendo relativamente à contratação a termo, para além da redução de pessoal imposta às entidades consideradas em situação de ruptura ou saneamento financeiro.

Acresce que essas medidas se articulam, entre outras, com a proibição dos municípios ultrapassarem o limite de 35% da média da receita corrente líquida cobrada nos últimos 3 exercícios, com despesas com pessoal e aquisições de serviços a pessoas singulares, medida que, a ser concretizada, produzirá consequências incalculáveis e retirará qualquer margem de gestão autónoma a mais de dois terços dos Municípios, como a própria ANMP reconhece!



Por outro lado, quanto às outras entidades da administração local, ficam impedidas de, no ano de 2015, aumentarem as despesas com pessoal e aquisições de serviços a pessoas singulares, o que igualmente consubstancia uma medida inaceitável e deveras preocupante, sobretudo pelas nefastas consequências que se antevêm no âmbito da gestão dos recursos humanos.

Imposições desta natureza são uma provocação e uma afronta à autonomia do Poder Local Democrático, consagrada na Constituição da República, contra as quais nos rebelamos e que ofendem a dignidade dos autarcas eleitos pelo Povo mas que o governo e as forças que o suportam continuam a querer denegrir.

O objectivo desta medidas é, claramente, manietar o Poder Local Democrático, subjugando-o cada vez mais às ordens do Poder Central, delas decorrendo, inevitavelmente, por força da asfixia financeira assim imposta, o esvaziamento de actividades essenciais às comunidades que servem, fomentando a concessão/privatização dos sectores mais apetecíveis, como é o caso das águas e dos resíduos sólidos e a razia de um incontável número de postos de trabalho, com o cortejo de despedimentos que já se referiu.

Por outro lado, a gestão de recursos humanos assim imposta agrava ainda mais o já tão negro panorama de recurso às mais indignas formas de trabalho precário, como são, por exemplo, as que tipificam os chamados CEI e CEI+, arregimentando assim trabalhadores sem direitos, verdadeiras formas de trabalho escravo, situação em que, aliás, já se encontram muitos milhares de trabalhadores da Administração Pública.

Tendo sublinhado alguns aspectos da Proposta de Lei, mais específicos da A. Local, não podemos porém deixar de salientar outras medidas que atingem os trabalhadores, pensionistas e os cidadãos em geral, acompanhando essencialmente a posição assumida pela Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública e pela CGFTP e

Assim, como se explicita no parecer da Frente Comum, relembramos o roubo de muitos milhares de milhões de euros arrecadados desde 2011, nomeadamente através do congelamento dos salários, cortes remuneratórios, supressão de subsídios e diminuição de várias prestações remuneratórias, aumento dos horários de trabalho e recurso a diversos regimes de trabalho praticamente gratuito.

Por outro lado e para além do que já ficou dito, acolhemos também a rejeição que liminarmente esta Proposta de Lei mereceu por parte da CGTP, pelas razões que profusamente sustenta no seu parecer, transcrevendo, pela sua importância, as conclusões decorrentes da apreciação dessa Proposta:

“ - Ao manter a suspensão dos complementos de pensão para as empresas do sector empresarial do Estado viola o direito de contratação colectiva consagrado no artigo 56.º da Constituição, bem como o princípio da protecção da confiança que decorre do princípio do Estado de Direito Democrático consagrado no artigo 2.º da Constituição:

- Ao prosseguir uma política de desvalorização das pensões e de redução das prestações sociais e das transferências sociais, demite-se da realização de algumas das tarefas fundamentais que a Constituição expressamente comete ao Estado;



- Ao manter a sobretaxa, de carácter excepcional e transitório, no âmbito do IRS e simultaneamente descer a taxa normal de IRC fere os princípios da igualdade e da justiça fiscal, gerando sérias dúvidas quanto à constitucionalidade destas medidas;

- Se trata de uma proposta que em nada contribui para promover o crescimento económico e favorecer a criação de emprego e que persiste em medidas penalizadoras que colocam os trabalhadores e os pensionistas a suportar todo o peso da redução do défice com os seus salários e pensões e com o desemprego, com fortes impactos negativos na coesão social, na pobreza e nas desigualdades.”

Pelo exposto, consideramos que esta Proposta de Lei prossegue a senda de anteriores leis orçamentais e de outros diplomas persecutórios dos direitos dos trabalhadores e dos cidadãos em geral, sendo assim incompatível com a integral observância de relevantes princípios consagrados na Lei Fundamental do País, pelo que merece a nossa veemente rejeição.

Subscrevemo-nos, com respeitosos cumprimentos

A Direcção Nacional do STAL

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'J. M. Z. S.', is positioned below the text 'A Direcção Nacional do STAL'.

Lisboa, 6 de Novembro de 2014